NOTÍCIA HISTÓRICA DE AURORA

Joaryvar Macedo

As origens da cidade cearense de Aurora, situada à margem esquerda do rio Salgado, revestem certo véu de nebulosidade. Nenhum historiador, ao que eu saiba, procedeu, até hoje, a um estudo de profundidade neste sentido. Tantos quantos trataram do assunto estribaram-se na tradição ou na lenda. Daí as controvérsias em seus assertos. Constatemos:

RENATO BRAGA – "As raízes de Aurora mergulham na antiga fazenda "Logradouro", onde o Cel. Francisco Xavier de Sousa, em 1837, cumprindo voto de sua mulher, D. Maria dos Santos Xavier, mandou edificar pequena capela consagrada ao Senhor Menino Deus, doando ao mesmo tempo 300 braças de terra para o seu patrimônio." Vejamos o que João Brígido escreveu sobre a fundação e o fundador de Aurora:

"A Vila de Aurora primitivamente chamou-se Venda, povoação que foi fundada por Francisco Xavier de Sousa, filho de um português que, abandonando-o ainda criança, no Aracati, foi morrer na vila de Campos de Goitacazes, um pouco antes de 1830.

Era o maior filante que o Aracati, até então, havia produzido. Pondo-se a caminho para ali, obteve toda fortuna do pai, enganando com suas lábias, uma mulher com quem ele vivera maritalmente.

Na volta Xavier negociou, montou fazenda de plantar e disse a um amigo que ia fazer de suas terras uma povoação.

– Como? perguntou este.

– Facilmente, respondeu Xavier. Mandarei estabelecer uma venda de bebidas, colocarei algumas mulheres da vida alegre e farei dizer uma missa aos domingos. A rapaziada acudirá e, dentro de pouco tempo, estará começada a povoação.

À direita de quem segue para o Crato edificou uma casa, meio-térrea e meio-sobrado, a qual ainda hoje existirá." (João Brígido, "Roteiro Histórico", Rio, 32, 1918, 180-182).

. . . . . .

"A capela do Senhor Menino Deus data de 1837 e, como vimos, foi mandada edificar pelo cel. Francisco Xavier de Sousa. Vem, em seguida, a de São Benedito, levantada no bairro da Aurora Velha, à custa de esmolas recolhidas por um preto chamado Benedito. Esta é posterior à da fazenda "Logradouro". Data do Segundo Império. período anterior à Guerra do Paraguai, enquanto aquela é da Regência."

. . . . . .

"A Matriz está situada no lugar mais central da vila (. . .) existindo uma capela local de São Benedito. . ."

. . . . . .

"O cel. Francisco Xavier de Sousa, proprietário da fazenda "Logradouro", pretendeu mudar-lhe o nome para **Xavierlinda**, e não **Xavielina**, como consta em trabalhos sobre o assunto, abeberados em Antônio Bezerra, sempre exato, mas aqui vítima de erro de revisão, conforme me parece. (Antônio Bezerra, **Algumas Origens do Ceará**, Fortaleza, 1918, 105-106). A proposta de Xavier não encontrou ressonância junto ao arraial que despontava na fazenda com o nome de **Venda**. Provinha o apelido, segundo a tradição, de uma venda instalada à beira da estrada que do Icó demandava o Cariri. A mesma tradição, sem fundamento histórico, liga a denominação de **Aurora**, dada a um bairro de **Venda**, a uma mulher deste nome, que seria a proprietária da referida casa de hospedagem." (Renato Braga, **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, Imprensa Universitária do Ceará, 1964, pp. 243-246).

ANTÔNIO MARTINS FILHO E RAIMUNDO GIRÃO – "O primeiro templo religioso de Aurora foi construído por um preto velho, chamado mestre Benedito, que teve de ir à Corte a fim de entender-se com D. Pedro II, pessoalmente. Ouviu este com todo interesse as pretensões do velho e presenteou a capela com imagens, paramentos sacros e um sino com as armas imperiais, bem como retratos a óleo do Imperador e da Imperatriz. Existem ainda hoje resquícios desses presentes. A capelinha tomou a denominação de S. Benedito, que foi assim o primeiro patrono da Paróquia de Aurora."

. . . . . .

"A povoação, até ser elevada a vila, chamou-se "Venda" e, primitivamente, "Xavielina", nome dado pelo seu fundador em 1836 (Antônio Bezerra, **Algumas Origens do Ceará**, 1918, pág. 105). O nome de "Venda" vem de que, precisamente no local da Aurora Velha, existia antigamente uma taberna de comestíveis e beberagens, hospedagem de transeuntes que demandavam ou regressavam do sul do Estado. Os primeiros proprietários de "Venda" foram membros da família Xavier, descendentes de Francisco Xavier de Sousa, que foi comandante da guarda nacional do Crato. Aurora Velha, que possuiu as primeiras casas do Município, permaneceu sem desenvolver-se, enquanto que a Aurora atual logrou progredir, tendo recebido o nome de Vila d'Aurora pela

citada Lei de 10 de novembro de 1883, como ficou dito." (Antônio Martins Filho e Raimundo Girão, **O Ceará**, 3a. edição, Editora Instituto do Ceará, p. 75.)

WALDERY UCHOA – ". . . a heróica e brava cidade de Aurora, antes chamada Venda, principiada na modéstia de uma pequena quitanda e, hoje, transformada numa **urbs** moderna. . ."

. . . . . .

"Figura singular de nossa história provinciana, Benedito José dos Santos, preto velho lealdoso e valente, sentou moradia na ribeira do Salgado. Homem de iniciativa, embora que modesto e desprovido de conhecimentos, Benedito tornou-se célebre pela viagem que empreendeu à Capital do Reino para entrevistar-se com Pedro II, imperador do Brasil.

Com dois filhos participantes na guerra contra o Paraguai, não lhe foi difícil avistar-se com o magnânimo monarca. Expondo à família imperial o seu propósito de voltar ao Ceará e erigir uma igrejinha no lugar em que morava, conseguiu ajuda em paramentos, sino com armas do Império, retratos a óleo dos soberanos e algum dinheiro.

Regressando, com a ajuda de moradores da Ribeira, levantou a Capela, entronizando São Benedito como santo padroeiro do lugar.

Anos mais tarde, Francisco Xavier de Sousa, herdeiro de David Cardoso dos Santos, e para cumprir voto de sua mulher, D. Maria Xavier dos Santos, erige na fazenda denominada "Logradouro", nas proximidades da antiga moradia de Benedito, uma nova capela sob a invocação do Senhor Menino Deus, ainda hoje padroeiro de Aurora.

Por existir no local uma quitanda, o povo batizou a localidade de "Venda", denominação que permaneceu por muitos anos, embora lhe quisessem chamar Xavielina, em homenagem a Francisco Xavier, que edificara um pequeno sobrado, onde passara a residir e que ainda existe ao lado da Matriz paroquial." (Waldery Uchoa, **Anuário do Ceará**, 1º volume, 1953-1954, pág. 41.)

Em face dos textos transcritos, vê-se que é, de fato, controvertida a narrativa da origem de Aurora, sobretudo porquanto embasada apenas na tradição oral ou na lenda, às quais se refere um aurorense ilustre, Serra Azul (Francisco Leite Serra Azul), num soneto de redourado estilo e repassado de amor à terra natal:

AURORA (antiga "Venda")

À margem do Salgado instalou venda
De comida e bebida dona Aurora,
Que servia de oásis, rancho e tenda
Ao viajante, acolhendo-o a qualquer hora.

Era a ribeira a que sulcava a senda
Do Litoral ao Cariri outrora. . .
Vem depois uma igreja, uma vivenda,
Outra e mais outra e em povoação se enflora.

Não sei se o mais é tradição ou lenda:
Sei que foi vila e que é cidade agora
E a sua história é trágica e tremenda.

É a terra de meu berço essa que (embora
Tivesse o nome mercantil de Venda),
Tem hoje o nome fúlgido de Aurora.

Há, positivamente — é ocioso afirmá-lo —, sério choque nas assertivas dos historiadores, a começar pelo templo fundado no local. Para uns o primeiro foi o que erigiu o preto Benedito, para outros o que construiu o Cel. Francisco Xavier de Sousa etc.

Mas, em face de documentos primários das Freguesias e Vilas do Icó e Crato, haveremos que reconhecer bem mais remotas as verdadeiras origens de Aurora, cujos fundamentos históricos se assentam, de fato, na Venda, no Sítio da Venda ou na Venda do Rio Salgado, propriedade rural já existente na segunda metade do Século XVIII, e tendo como legítimos possuidores o Cel. Antônio Lopes de Andrade e sua consorte Arcângela Maria.

No último quartel daquela centúria, de conformidade também com documentos primários das referidas Freguesias e Vilas do Icó e Crato, já era proprietário da Venda o Pe. Antônio Leite de Oliveira. Como logo mais se verá, ele a houvera por compra, diretamente, ao mencionado casal Cel. Antônio Lopes de Andrade e Arcângela Maria. Ele, aliás, o Coronel, primeiro Comandante do Corpo de Cavalaria da Vila Real do Crato.

Precisamente no seu sítio, o Pe. Antônio Leite de Oliveira manteve uma casa-de-oração ou oratório, onde celebrava cerimônias religiosas.

Pertencendo à jurisdição de Lavras da Mangabeira, que se erigiu em freguesia autônoma em 1813, desmembrada da do Icó, a Venda, com seu oratório e seu proprietário, aparecem, de quando em vez, em livros de assentamen-

tos de Paróquia de São Vicente Ferrer. Exemplifico:

"Ao primeiro de Dezembro de mil oitocentos e dezessete, o Reverendo Antônio Leite de Oliveira, em seu Oratório na Venda, de minha licença, batizou e pôs os Santos Óleos a José, nascido a quinze de Novembro do mesmo ano, filho legítimo de Manuel Monteiro da Silva e Ana Joaquina, naturais e moradores na Várzea dos Martins e foram Padrinhos José Duarte da Silva e sua mulher Mariana Teresa; e para constar mandei fazer este assento em que me assino.

O Coadjutor Cosme Francisco Xavier Sobreira"

(Livro de Reg. de Batiz. – Paróquia de Lavras da Mangabeira – 1814 – 1821 – fls. 7, v. e 8).

"Aos dezoito dias do mês de abril de mil oitocentos e dezoito, o Reverendo Antônio Leite de Oliveira, em seu Oratório na Venda, de minha licença batizou e pôs os Santos Óleos a Maria, nascida a trinta de março do mesmo ano, filha legítima de Manuel de Sousa e Ana de Barros, moradores na Venda, foram Padrinhos Gonçalo de Barros e Rita Maria, de que mandei fazer este assento em que assino.

O Coadjutor Cosme Francisco Xavier Sobreira".

(Livro citado, fls. 86, v.).

Como esses, há vários outros batizados, feitos pelo Pe. Antônio Leite de Oliveira, "em seu Oratório na Venda".

Examinando documentos dessa natureza, persuadi-me, logo, do seguinte: o que se escrevera sobre a formação de Aurora, encerrava algo de lendário, de mistura com o real. Comecei, então, a estar que a predita cidade sertaneja se nucleara com o Oratório da Venda, do Pe. Antônio Leite de Oliveira.

Transmitindo minha opinião ao abalizado historiador Pe. Antônio Gomes de Araújo, respondeu-me, de imediato: "Não só foi núcleo originário, mas também germinal; o Padre tinha filhos. Vou-lhe mostrar o documento". Dias depois, aparecia-me ele com um Livro de Notas (que lhe confiara a tabelioa Maria Albertina Feitosa Calíope), sugerindo copiasse eu o referido documento de suma importância para a história dessa comuna cearense. Copiei-o e para aqui o transcrevo:

"Papel de doação que faz o padre Antônio Leite de Oliveira do Sítio da Venda aos seus afilhados cujo papel vai lançado nesta Nota:

Saibam quantos este público Instrumento virem com o teor de um papel de doação que sendo no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e doze, aos quatorze dias do mês de dezembro do dito ano, nesta Real Vila do Crato Comarca do Siará Grande em meu cartório, por parte do doador me foi requerido lançasse este papel de doação em Notas para obviar qualquer inconveniente que poderão padecer pelo tempo

futuro e por o reconhecer verdadeiro e estar a mim distribuído pelo Distribuidor deste Juízo Joaquim José de Melo, o tomei e aqui o lancei e é o que se segue. Digo eu o padre Antônio Leite de Oliveira, Clérigo Secular do hábito de São Pedro, que entre os meus bens que possuo com posse mansa e pacífica há bem assim um Sítio de terras nominado Venda que há de ter pouco mais ou menos meia légua, que comprei e o tenho por preço de cem mil réis cujos vendedores foram Antônio Lopes de Andrade e sua mulher Arcângela Maria a quem logo paguei dita quantia e presenciaram esta venda e compra Domingos Dias Cardoso e José Joaquim, comprado com dinheiro adquirido pelas Ordens de Missas e estado clerical sem que entrasse na compra dele coisa alguma do casal de meus pais nem de meus irmãos, cujo Sítio extrema pela parte do sul no riachinho da Venda e descendo pelo rio Salgado abaixo até o curral queimado com terras de Miguel Álvares, da parte do Norte e do Nascente com o mesmo rio Salgado e do poente com terras da Canabrava, o qual sítio assim extremado e como constará de sua escritura a mim passada e por ser verdadeira e legitimamente meu e não haver sobre ele embargo, nem dúvida e nem outra alguma coisa que de embargo servir possa, faço doação deste mesmo sítio aos meus afilhados Antônio Lima de Mendonça, Venceslau Patrício, Ana Rakel (ou Rabel), Antônia, Maria Luíza, filhos de Dona Josefa Leonor da Encarnação, para terem cada um igual posse e domínio como seu que é e fica sendo de hoje para todo sempre, pois que esta doação faço de minha livre vontade sem dolo, coloio ou coação alguma, é minha vontade que ditos meus afilhados fiquem de hoje em diante possuindo dita terra como sua que é a fica sendo para o que demito de mim todo o domínio e posse que nela tenha e transfiro nas pessoas dos doados e só quero dos senhores Juízes de Órfãos que enquanto ditos doados forem menores olhem para esta doação e defendam para não ser extraviado ou vendido e quero que esta doação valha como se fosse Escritura pública, testamento (ilegível) ou última vontade e se faltar alguma ou algumas cláusulas aqui as hei por expressas e declaradas para inteira validade desta doação, que sendo necessário a tomo na terça de meus bens, pois quero que os doados tenham este título justo e válido com que possam provar em todo o tempo o domínio deste sítio doado e ter por ele a posse em que desejo os hei por investidos e gozando dela. Rogo as Justiças de Sua Alteza Real aprovem esta doação e façam ter todo o vigor, que esta é a minha intenção. Escritura por mim feita no Sítio da Venda aos doze de novembro de mil oitocentos e onze e de minha letra assinada, presentes partes testemunhas Manuel Antônio de Freitas, Miguel Álvares e Felisberto Pereira de Sousa, o Padre Antônio Leite de Oliveira. Como testemunha Manuel Antônio de Freitas. Como testemunha Miguel Álvares dos Anjos. Como testemunha Felisberto Pereira de Sousa. Reconheço e dou fé ser a letra do papel de doação e de assinatura supra do próprio punho do Padre Antônio

Leite de Oliveira por já o ter visto escrever. Real Va. do Crato, quatorze de dezembro de mil oitocentos e doze, escrevi e assinei de meus sinais seguintes. Em fé e testemunho da verdade. O Tabelião Público Manuel do Nascimento Castro e Silva, estavam os meus sinais públicos e (ilegível) de que uso. Nada mais digo. Pagou de Selo oitenta réis. O Escrivão do (ilegível) pelo do selo. Castro, Sobreira. E nada mais se continha em dito papel de doação que eu sobredito Tabelião que bem e fielmente trasladei do próprio no qual me reporto e fica na verdade sem cousa que dúvida faça de que dou fé. Conferido e consertado comigo próprio escrito e assinado nesta dita Real Vila do Crato em .dia e Em. nt. retro, escrevi e assinei. Em fé e testemunho da verdade. Com prop. Tblm. po.

Manuel do Nascimento Castro e Silva"

(Livro 11 de Notas, 1812-1813, fls. 114, v. a 116 v. – Cartório de Maria Albertina Feitosa Calíope, Crato-Ceará).

Em face de documentos assim apodíticos, conclui-se entre outros fatos:

As raízes de Aurora mergulham no Oratório do Sítio da Venda, do Pe. Antônio Leite de Oliveira, que já o houvera por compra ao casal Antônio Lopes de Andrade e Arcângela Maria.

É excrescência lembrar que o nome de Venda é muito anterior à chegada do Cel. Francisco Xavier de Sousa a este trato do Salgado.

Historicamente, o fundador do núcleo urbano foi o Pe. Antônio Leite de Oliveira. Os outros – Benedito e Xavier – co-fundadores. O Padre, o pioneiro; os outros, continuadores e consolidadores. Na verdade, "plantador da árvore é quem lança a semente, que germina, embora outrem lhe acompanhe o crescimento, o desabrochar das flores e o desatar dos frutos".

A propósito, e para corroboração do que levo dito, adianto que o citado historiador Pe. Antônio Gomes de Araújo, em percuciente trabalho de pesquisa a respeito da fundação de Juazeiro do Norte, a certa altura, registrou: "E a iniciativa do padre Pedro Ribeiro da Silva evoca a sentença de Antônio Bezerra, segundo a qual, as povoações do Ceará, particularmente deste Cariri, originaram-se ao redor de capelas ou casas-de-oração. Em verdade, bastam lembradas as cidades de Barbalha, Aurora e Porteiras. A primeira nasceu junto à capela mandada edificar e erigir pelo capitão Francisco de Magalhães Barreto e Sá, no Sítio Barbalha, de sua propriedade. As duas últimas surgiram ao pé das casas-de-oração, depois substituídas por capelas das fazendas "Venda" e "Porteiras", respectivamente, dos padres Antônio Leite de Oliveira e Valério Gomes de Castro, aquele ex-vigário interino do Crato, e este, ex-vigário encomendado do Icó". (Padre Antônio Gomes de Araújo, **Padre Pedro Ribeiro da Silva, o Fundador e Primeiro Capelão de Juazeiro do Norte,** em **Itaytera**, Crato-CE, No. 4, 1958, p.7).

Lógico, outrossim, que a capela de São Benedito é anterior à do Menino Deus. A denominação, ainda hoje em voga, "Aurora Velha", hodiernamente bairro de Aurora, vem, precisamente, do fato de que só depois surgiu a atual parte central da cidade, também, por muito tempo, chamada "Aurora Nova".

Saliente-se: o povoado, propriamente dito, em 1859, integravam-no a capela de São Benedito e as casas adjacentes, ou seja, a "Aurora Velha". É o que se deduz da obra de Renato Braga – **História da Comissão Científica de Exploração**. A parte final do supradito livro constitui-se dos "Desenhos e Aquarelas de José dos Reis Carvalho", entre os quais se encontra a aquarela da Aurora de então (capela, cruzeiro, prédios, carnaubal, árvores), com a seguinte legenda: "São Benedito na Venda-grande, distante de Lavras 5 léguas; é Povoação. Esta capela tem sido edificada com as esmolas que pôde granjear um homem de cor chamado Benedito".

Evidentemente, construindo um templo, Benedito precedera a Xavier na ereção do seu.

Volvamos, porém, ao Pe. Antônio Leite de Oliveira, o fundador histórico do núcleo originário e sócio-econômico de Aurora.

Era ele natural do Crato e filho de outro sacerdote, jesuíta egresso, Pe. Alexandre Leite de Oliveira, português de Lisboa, imigrado no Crato, no Século XVIII, onde foi proprietário dos Engenhos do Rosário e Cabreiro, e onde se casou com Teresa de Jesus Maria José, sendo avós de outro reverendo, o Pe. João Marrocos Teles, que era o pai do professor e abolicionista José Joaquim Teles Marrocos.

Exerceu ele as funções sacerdotais na Paróquia de Missão Velha. Consoante o Livro de Casamentos da inculcada freguesia, de 1773 a 1810, assina o Pe. Antônio Leite de Oliveira os registros como pro-pároco, de maio até novembro de 1805; como pároco interino, de novembro de 1805 até agosto de 1808; e como vigário, de agosto de 1808 até novembro de 1809. Antes fora vigário interino do Crato, posto que ocupava em 1800. (Cf. **Itaytera**, Crato-CE., nº 11, 1967, p. 16.).

Segundo se viu, doou ele o Sítio da Venda a seus cinco "afilhados", todos filhos de uma única mulher – Josefa Leonor da Encarnação.

Naquelas recuadas eras os sacerdotes, na quase totalidade, viviam maritalmente, fato por demais sabido, e referido por escritores e historiadores. Passemos a palavra a um deles, Nertan Macedo:

"Assim era no tempo: os vaqueiros pastoreavam o gado, os fazendeiros pastoreavam o povo e os padres pastoreavam as almas. Tempo em que os reverendos do sertão tinham teúdas e manteúdas, com prole numerosa, e os ricos eram sepultados na capela-mor do Crato 'grades acima', enquanto os pobres eram enterrados no adro 'grades abaixo'. A mancebia dos vigários, todavia, não diminuiu a fé do povo em Nosso Senhor Jesus Cristo."

A ordenação dos padres era feita em Olinda, viagem das mais penosas. A autoridade diocesana se achava a dezenas de léguas e não podia controlar as paixões dos clérigos distantes. Daí a fornicação dos párocos, quase todos vivendo maritalmente, o que de maneira alguma constrangia a pregação terrificante dos frades missionários, atemorizando o sertão com cascos, rabos e espetos de demônios. Dessa forma, para ordenar alguém, naquele tempo, a Igreja exigia um patrimônio canônico, garantidor do padre na hipótese de indigência. Na verdade os vigários da época eram simples instrumentos de cerimônia e administração de sacramentos, coletores sagrados e notários eclesiásticos.

Alguns deles foram filhos de outros sacerdotes. Nesta hipótese está incluído o senador Alencar, nascido dos amores de D. Bárbara (de cujo marido, José Gonçalves dos Santos, eram sabidas as omissões conjugais), com o segundo colado do Crato, o reverendo Miguel Carlos da Silva Saldanha, também revolucionário de 17.

No seu testamento, feito em nome da Santíssima Trindade, 'em que eu, Miguel Carlos da Silva Saldanha, firmemente creio e em cuja fé protesto viver e morrer' – deixou o padre quatrocentos mil réis para as obras da Matriz do Crato, vinte e cinco mil réis para o azeite da lâmpada do Santíssimo Sacramento e igual quantia para os pobres de porta que acompanhassem o seu enterro. Todavia, legou a sua fortuna aos filhos de D. Ana Josefina de Alencar, filha do falecido Leonel Pereira de Alencar (irmão de D. Bárbara) e que eram José, Leonel, Ana e Tristão. Essa mesma D. Josefina faria vida conjugal com o primo, o senador e padre Alencar. O padre Miguel Carlos deixou tudo, pois, aos seus netos, entre eles José de Alencar, romancista e ministro do Império.

O padre Pedro Antunes de Alencar Rodovalho foi outro reverendo chefe de clã numeroso naqueles sertões. O mesmo aconteceu com o terceiro e último colado do Crato, o reverendo Manuel Joaquim Aires do Nascimento, patriarca dos Aires do Cariri. Outro notório patriarca era o reverendo Joaquim Ferreira Lima Verde, de quem descende a família Lima Verde. E também o padre José Gonçalves da Costa, deputado provincial e pai de muitos filhos. Este último raptou a filha de outro reverendo, o padre Manuel da Silva e Sousa, professor público.

O único de quem não se conheceu mancebia foi o primeiro colado, o padre Manuel Teixeira de Morais.

Tal era a situação, quando chegou ao Ceará o seu primeiro bispo, D. Luiz Antônio dos Santos. O santo homem, ao ser empossado, logo ficou sabendo que, dos trinta e três reverendos da Diocese, vinte e um eram chefes de família. E, a um que havia simulado matrimônio, em que o seu próprio sacristão servira de procurador, chamou à sua presença, instando com ele a abandonar a concubina. O vigário concordou, após um retiro obrigatório de quinze dias, a que se submeteu. Mas contam que, à saída do palácio, com ar

de súplica, se voltou para o severo D. Luiz, perguntando-lhe, aflito: "Senhor Bispo, mas nem uma vezinha pro salute? " (Nertan Macedo, **O Padre e a Beata**, Editora Leitura, Rio de Janeiro, 1961, pp. 43–44).

(A propósito dos "amores de D. Bárbara" com o vigário Miguel Carlos, leia-se o que se escreveu em **Itaytera**– Crato, No. 11, 1967, pp. 7–16).

Ressalte-se que era praxe fazerem doações aqueles reverendos concubinários a seus rebentos, aos quais, nos testamentos, chamavam-lhes "filhos", "afilhados" ou "protegidos".

O nono vigário – colado – de Lavras da Mangabeira, Pe. Luís Antônio Marques da Silva Guimarães, por exemplo, declarou em testamento: ' ... tive, por minha fragilidade, depois de clérigo, cinco filhos nascidos de Maria Joaquina do Espírito Santo, mulher solteira, os quais filhos são Luís, José, Joaquina, Francisca e Maria...' (Testamento do Pe. Luís Antônio Marques da Silva Guimarães, anexo aos Autos de seu Inventário – 1863 – Arquivo Público do Estado do Ceará– acervo de Lavras da Mangabeira).

Já o Pe. Manuel Antônio Martins de Jesus, que, além de garanhão, foi protetor de cangaceiros, e cujas peripécias ainda hoje se narram no sul cearense, afirmou, em seu testamento, que criava cinco meninos: Manuel Antônio Martins de Jesus, Antônio Angelitino Martins de Jesus Maria Angelitina Martins de Jesus, Rita Angelitina Martins de Jesus e Ana Angelitina Martins de Jesus, filhos de Joaquina Maria de Jesus, "a qual tem estado alguns anos sob minha proteção", instituindo aos cinco e mais a um nascituro "seus herdeiros universais". (Testamento do Pe. Manuel Antônio Martins de Jesus – Missão Velha – 1890, 1o. Cartório, de Maria Augusta Jácome).

Assim também os "afilhados" do Pe. Antônio Leite de Oliveira não são senão seus filhos, através dos quais, se tornou ele o patriarca da família Leite.

Os Leites, aliás, constituem a maior família de Aurora, onde se diz procederem eles de um sacerdote, conquanto haja também a versão de que advêm de um "marinheiro português". A tradição, portanto, de muito se aproxima da realidade.

Quanto a Francisco Xavier de Souza, co-fundador de Aurora, morreu ele em 1847. Eis–lhe, na íntegra, o registro de óbito que o vigário não assinou:

"Aos dezenove dias do mês de julho de mil oitocentos e quarenta e sete faleceu da vida presente o Comandante Superior Francisco Xavier de Sousa, branco, casado com Dona Maria Xavier de Sousa, idade cincoenta anos e foi

sepultado nesta Matriz aos vinte dias do mesmo mês de grades acima, encomendado solenemente pelo Reverendo Vigário José Maria Freire de Brito, e para constar mandei fazer este assento em que assinei". (Livro de Reg. de Óbitos, Paróquia de Missão Velha, 1822–1851, fls. 273).

O Cel. Francisco Xavier de Sousa, natural de Aracati, com sua mulher, Maria Xavier de Sousa, formam o tronco da estirpe dos Xavier do Ceará meridional e sertão pernambucano, ramificados nos Xavier Pinto, Gonçalves Pinto, Martins Xavier, Saraiva Xavier, Cardoso de Alencar, Xavier Quezado, Grangeiro Xavier, Xavier de Santana e outros e outros, numerando-se, entre seus descendentes, vultos de destaque, quais por exemplo, Dr. Acilon Gonçalves Pinto, médico e ex-deputado à Assembléia Estadual Cearense, Anastácio Gonçalves Pinto e Antônio Gonçalves Pinto (Tonheta), ambos ex-prefeitos de Aurora; Dr. Mozart Cardoso e Alencar, clínico, poeta e ex-chefe da municipalidade juazeirense; Dr. José Cardoso de Alencar, causídico; Dr. Odálio Cardoso de Alencar, advogado e autor do romance **Recordações da Comarca**; Cel. Raimundo Cardoso dos Santos, ex-chefe político de Porteiras; Antônio Cardoso dos Santos, antigo Juiz de Brejo Santo; Aristarco Cardoso dos Santos, ex-gestor do município brejosantense; Dr. Antônio Saraiva Xavier, médico; Dr. Francisco Saraiva Xavier, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia e ex-deputado à Assembléia do Ceará; Dr. Luciano Santana Machado, economista e representante, no Nordeste, do Banco Bozzano Simonsen de Investimento.

Registre-se, a título de curiosidade, que aos 23 de novembro de 1853 ("na cidade do Crato, em oratório privado, em casa do Capitão José Joaquim de Macedo"),Maria Xavier de Sousa, viúva do Cel. Francisco Xavier de Sousa, convolou a segundas núpcias com o trisavô do autor destas notas, o Capitão José Joaquim de Macedo, então viúvo de Rosa Perpétua do Sacramento (Livro de Reg. de Casam., Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato, 1851–1855, fls. 86.).

Conforme ficou expresso, os Leites constituem a linhagem mais numerosa de Aurora. E, também, a mais antiga. A eles entrelaçaram-se descendentes do Cel. Xavier de Sousa (inclusive os Quezados), bem como os Gonçalves Ferreira e os Macedos. Estes últimos, chegados, a Aurora, oriundos de Missão Velha, no quartel final do século passado, enquanto os Gonçalves Ferreira, de origem lusa e radicados na região há muito mais tempo, devem ser contados entre as estirpes pioneiras do lugar.

Tal tem sido o cruzamento que se pode asseverar possuir Aurora uma só família. Houve, porém quem, em certa época, compusesse esta quadra com as principais da terra:

Nunca vi Leite valente
Nem Gonçalves com coragem,
Nem Quezado pagar o que deve,
Nem Macedo sem pabulagem.

Isso de atribuir, por vezes injustamente, determinadas características a grupos familiares é velho costume popular. Ao assunto reportou-se o sociólogo Gilberto Freyre: "Algumas famílias no Norte e em Minas, principalmente, são conhecidas pelo acentuado gosto de luta por elas conservado como uma espécie de fogo sagrado, através de gerações. Famílias de valentões. A outras se atribui – nem sempre com justiça, é claro – inteligência fraca: aos Machados, em Alagoas, aos Lins em Pernambuco. Ainda a outros, a sovinice tradicional; ou esperteza em negócios; ou glutoneria. Aos Siqueiras se atribui no Norte fraqueza de vontade: "Siqueira, para onde se queira", diz a voz do povo. A mesma fraqueza é atribuída aos Albuquerques, isto é, aos homens da família, em contraste com as mulhres, consideradas de vontade excessivamente forte. Principalmente quando esposas" (Gilberto Freyre, **Casa–Grande & Senzala**, 1o. Tomo, 11a. Edição Brasileira, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1964, p. 385).

Feitas estas digressões, retorno a considerações sobre o núcleo primitivo aurorense. Este, conforme a citada obra **História da Comissão Científica de Exploração**, de Renato Braga, já no ano de 1.859 era povoação, também conhecida como São Benedito da Venda Grande. Uma povoação que se desenvolvia satisfatoriamente, tanto assim que passava, em 1.863, a Distrito de Paz da Venda, integrado a Lavras da Mangabeira, da qual, civilmente, se tornou independente, por força da Lei Provincial, No. 2.047, de 10 de novembro de 1883, que criava o município, com sede na Povoação da Venda, então elevada à categoria de vila, com a denominação oficial de Vila d'Aurora, instalada aos 30 de maio de 1885, após o que, duas vezes, se deu a sua extinção.

Eclesiasticamente, todavia, Aurora continuou sob a jurisdição da Freguesia de São Vicente Ferrer de Lavras da Mangabeira, como simples capela filial. Somente dez anos depois da instituição do município, ou seja, em 1.893, se criou a Freguesia do Senhor Menino Deus de Aurora. Convém salientar: a capela elevada à categoria de Matriz foi a do Menino Deus, isto é, aquela mandada construir pelo Cel. Francisco Xavier de Souza. À época, a

outra capela, a de São Benedito, edificada pelo preto Benedito José dos Santos, encontrava-se deteriorada e abandonada.

Por julgar oportuno, consigno parte da notícia, constante do Livro do Tombo da Matriz do Senhor Menino Deus, a respeito da criação da Paróquia:

"Morreu o coronel Xavier e tempos depois o Ten. Manuel Joaquim Carneiro, Capitão Antônio Pinto Teixeira e João de Melo Borborema, auxiliados pelo povo, procuraram dar maior acréscimo à pequena capela do Senhor Menino Deus, quando em 1864 apareceu o P. Agostinho Afonso Ferreira, sacerdote zeloso e trabalhador que, conhecendo as boas disposições dos habitantes da Venda, empreendeu na capela do Senhor Menino Deus novos serviços, deixando-a coberta, com corredores e um pequeno consistório pegado à mesma capela. As cousas estavam neste pé quando em 1863 por uma Lei Prov. foi o pequeno arraial da Venda elevado a Distrito de Paz; no correr dos anos foram aparecendo outros Padres como bem: o P. Joaquim Machado da Silva, P. Francisco Tavares Arco-Verde, P. Manuel Félix de Moura, P. Vicente Pinto Teixeira, este último filho desta terra, os quais procuraram, sempre ajudados pelo povo, dar à capela do Senhor Menino Deus o devido asseio, fazendo o reboco, arcos e alguns altares. Em 1877, já tendo sido por uma Lei Prov. No. 2111, de 1884, elevado à Vila de Aurora o Distrito de Paz da Venda, retirou-se o P. Vicente Pinto Teixeira; indo a passeio à capital em chegando ali, foi pelo Excmo. Revmo. Sr. Bispo Diocesano, Dom Joaquim José Vieira, nomeado vigário da freguesia de Trairi, não podendo assim concluir um novo cemitério que na Vila de Aurora estava edificando. Em Setembro de 1888 veiu visitar a sua família e durante os dias que demorou, na capela do Senhor Menino Deus da Vila de Aurora organizou e instalou em Outubro do mesmo ano uma conferência de S. Vicente de Paulo, voltando depois à sua freguesia de Trairi. Ficou, portanto, criada na capela do Senhor Menino Deus uma conferência de S. Vicente de Paulo, a qual brotou, cresceu e já conta com cinco conferências e um conselho particular, todos trabalhando com gosto e regularidade; a falta de um padre que os dirigisse, provendo as suas necessidades espirituais, fez com que repetidas vezes fossem à presença do seu digno Prelado implorar com aquela humildade própria dos filhos de S. Vicente de Paulo que lhes desse um vigário, elevando a capela do Senhor Menino Deus a Matriz; tendo, porém, as suas súplicas coincidido com o pedido de exoneração que lhe havia feito o ex-vigário de Trairi, P. Vicente Pinto Teixeira, foi a capela do Senhor Menino Deus da Vila de Aurora pelo Excmo. Revmo. Sr. Bispo D. Joaquim elevada a Matriz por provisão de 27 de Junho de 1893, compreendendo em seu território partes desmembradas das Freguesias de Lavras, Missão Velha e Milagres e nomeado seu primeiro vigário por provisão de 6 de Julho do mesmo ano o P. Vicente Pinto Teixeira que tomou posse da sua Freguesia aos 30 do

mesmo mês e ano, décima dominga de Pentecostes, no meio de uma grande concorrência dos seus novos paroquianos que são morigerados e em geral todos concorrem aos atos religiosos. A Freguesia de Aurora está situada no lugar mais florescente do Rio Salgado, a sua Igreja Matriz dispõe de um pequeno patrimônio, achando-se presentemente desprevenida das alfaias e paramentos necessários à administração dos Sacramentos, possue dois ornamentos e algumas imagens mais ou menos perfeitas, as quais são: uma do Senhor Menino Deus, o Padroeiro da Matriz, uma do Coração de Jesus, uma de N. S. das Dores, uma de N. S. da Conceição já existente na Matriz, uma imagem de S. Vicente de Paulo; tem quatro altares que precisam de reparos, existindo na sede da Freguesia uma capela dedicada a S. Benedito, está em completo abandono e bastante arruinada; foi com o adjutório do povo edificada por um preto de nome Benedito que, por suas viagens ao Rio de Janeiro, a título de visitar a família Imperial, se tornou célebre; o certo é que na capital Imperial, por ocasião da conclusão da guerra do Paraguai, onde tinha dois filhos, trouxe para a capela de S. Benedito muitas alfaias que, em parte, foram vendidas para remir a si e a sua família, contudo ainda existe pertencente à capela de São Benedito uma Imagem do Senhor, uma de N. S. dos Remédios, um sino, o único que possue a Matriz do Senhor Menino Deus. Além da capela de S. Benedito há mais três capelas filiais, Boa Esperança, Cuncas e Malhada Funda, lugares estes muito agrícolas e criadores; estas capelas estão em bom estado, tendo as duas primeiras os paramentos necessários à celebração dos atos religiosos, digo, à missa."

Pelo visto, em fins do século passado e princípios do atual, era Aurora uma florescente localidade, à qual acenava um brilhante porvir.

Lamentavelmente, entretanto, se vivia a época em que, em face da autonomia constitucional, nos diversos Estados da Federação, notadamente no Nordeste, se intensifica o regime do jugo oligárquico. A época em que, no Ceará, se instalou a oligarquia aciolina, na qual e depois da qual, como prolongamento, os municípios cearenses, como, de resto, os do Nordeste, não passavam de valhacoutos de cangaceiros, onde o prestígio dos chefes locais geralmente rudes e protetores de bandoleiros, dependia da cangaceirada de que dispunham. Foi quando, no sul do Ceará, recrudesceu o banditismo, atingindo a sua fase apoteótica, com o mais visível prejuízo do progresso de muitas de nossas comunas.

Alhures, escrevi: "Naquela quadra tenebrosa de nossa história, era a terra, a **fortaiori**, o sertão das deflagrações sangrentas e das surpresas dolorosas; sertão esquadrinhado por espíritos turbulentos, e infestado de elementos exaltados; sertão de assaltos e conflitos, pondo em desassossego a população; sertão do 'troar do famoso bacamarte' e do 'pestanejar da lâmina do punhal'; sertão das emboscadas sinistras e do desrespeito à propriedade

alheia; sertão de bandidos e de coiteiros, sertão sem polícia, sem justiça e sem autoridade".

Dentro desse cenário cruento, nenhuma cidade, nenhuma vila da região foi mais sacrificada do que Aurora. Bastam relembrados, mesmo superficialmente, alguns de uma série de trágicos acontecimentos.

Inicialmente, foram os eventos passados à história como a **Questão de 8** de que já me ocupei num trabalho de pesquisa histórica, podendo, assim, ser resumidos.

Ao tempo em que oligarquizava o Ceará o Comendador Antonio Pinto Nogueira Acioli, vários intendentes e líderes políticos do Cariri caíram ao fragor de tiroteios. Na época, o Cel. Antonio Leite Teixeira Neto, vulgo Cel. Totonho do Monte Alegre, abriu campanha em ordem a apear do poder seu sobrinho Antonio Leite de Oliveira, intendente e coletor de Aurora. Para isso, convocou muitas pessoas, terminando por conseguir realizar o seu intento, isto é, transformar-se em mandão de Aurora.

Aconteceu que, entre os convocados para o mister, estavam os filhos de D. Maria da Soledade Landim, a prestigiosa D. Marica Macedo do Tipi, que os exortou a não tomarem parte na derrubada de Antônio Leite de Oliveira, de vez que se tratava de um grande amigo do seu finado marido, José Antonio de Macedo, mais conhecido como Cazuzinha do Tipi. Ademais, tinha ela um irmão, José Francisco de Sales Landim, consorciado com uma irmã do dito Antonio Leite de Oliveira. Isso foi o suficiente para que D. Marica Macedo passasse a figurar no rol dos inimigos do Cel. Totonho Leite, embora tivesse ele um filho casado com uma filha de D. Marica.

Logo depois de instalado o grupo dominante, começaram as perseguições aos correligionários do deposto. Daí o ataque ao Sítio Pavão, do Cel. Cândido Ribeiro Campos, vulgo Cândido do Pavão. Os perseguidos, porém, eram os Paulinos, sobrinhos do Cel. Cândido, os quais, tempos atrás, haviam sido vítimas de espancamento por parte de um elemento do Cel. Totonho Leite, de nome José Gonçalves Pescoço, e haviam, então, revidado a agressão. A pretensão do Cel. Totonho era capturá-los. O Cel. Domingos Leite Furtado, de Milagres, veio em auxílio do Cel. Cândido Ribeiro, que transferiu os sobrinhos para o Sítio Taveira, nos limites de Aurora com Milagres, onde o Cel. Domingos os garantiria. Então, o Cel. Totonho solicitou do Presidente Acioli força para prendê-los no Taveira. Por sua vez, o Cel. Domingos Furtado providenciou elementos para a defesa.

Por aqueles dias, o Sítio Taveira já estava ameaçado de cerco. Pessoas dali invadiam, freqüentemente, o território de Aurora, praticando arrombamentos de açudes, incêndios, roubos, espancamentos, além de tentarem apoderar-se de terrenos de aurorenses. Havia agitação ali, também pela iminência da demarcação das terras do Coxá.

As coisas estavam nesse pé, quando D. Marica Macedo foi avisada pelo genro, Vicente Leite de Macedo, filho do Cel. Totonho Leite, de que a sua propriedade – o Sítio Tipi – seria atacado. Ela, sem garantias, retirou-se, imediatamente, com a família, a cavalo, para o Cariri, pernoitando no Taveira. Pela madrugada, o Taveira foi cercado. Houve forte e demorado tiroteio. Varado de balas, tombou sem vida seu filho José Antônio de Macedo, de 14 anos de idade, sendo sepultado na antiga Boa Esperança.

Era o dia 17 de dezembro de 1908.

O acontecimento ficou conhecido como o **Fogo do Taveira.**

Continuou D. Marica Macedo a sua viagem para o Cariri onde contou com o irrestrito apoio de seus parentes, Coronéis Antonio Joaquim de Santana e João Raimundo de Macedo (Joca do Brejão). Estes, juntamente com os Coronéis Domingos Furtado e José Inácio de Sousa, vulgarmente conhecido por Zé Inácio do Barro, exigiram do Presidente Acioli a retirada da força, que permanecia em Aurora. Comunicaram-lhe outrossim, o propósito de devastar a Vila, como represália ao ataque feito ao território do Cel. Domingos Furtado. Incontinenti, o Presidente ordenou a saída do contingente policial. Enquanto isso, o Cel. Totonho Leite, com sua gente, fugiu para outros municípios.

A 23 de dezembro, chegaram os atacantes, procedentes de Milagres e Missão Velha, em número de seiscentos, comandados por Zé Inácio do Barro. E a Vila de Aurora capitulou após seis horas de cerrado tiroteio. Os agressores roubaram e incendiaram casas comerciais, praticaram muitas ignomínias, inclusive estupros. A pilhagem e a devastação atingiram, principalmente, as propriedades do Cel. Totonho e de pessoas suas. Vinte e cinco fazendas foram incendiadas, impiedosamente, e uma das mais duramente castigadas foi a Jitirana, de propriedade dos Torquatos Gonçalves, porquanto, além de um membro da família ser genro do Cel. Totonho, Francisco Róseo Torquato Gonçalves como delegado de Aurora, de acordo com as ordens recebidas do chefe, comandara o ataque ao Sítio Taveira.

Com a retirada do Cel. Totonho Leite, assumiu a Intendência Municipal o Cel. Cândido Ribeiro Campos – Cândido do Pavão.

Não ficou, contudo, encerrada aí a **Questão de 8.** Efetivamente, consoante tão bem informa Otacílio Anselmo, "Aurora passou a viver sob um regime imoral, entregue exclusivamente à sanha, à fereza, à bestialidade, à hediondez de uma multidão de criminosos (...), sem que, contra tal estado de coisas, houvesse qualquer providência. Uma voz, porém, levantou-se em favor da ordem e da tranqüilidade na desventurada vila. Pegando da pena, D. Joaquim José Vieira, que nunca descera de sua dignidade, para promiscuir-se em questões político-partidárias, determinou aos Vigários do Cariri e alhures que, em sermões, declinassem solenemente os nomes de todos os chefes políticos

envolvidos naquela desgraça, para expô-los à execração pública. Os Párocos, entretanto, receosos de incorrerem nas iras dos mandões, não cumpriram a ordem do Bispo Diocesano. Mas nos meados do ano de 1909, em proveitosa visita pastoral ao sul do Estado, D. Manuel Antonio de Oliveira Lopes, Bispo Coadjutor, passava em Aurora. E exortou os bandidos a que abandonassem o infeliz lugarejo, o que conseguiu com admirável habilidade". (Otacílio Anselmo, **Padre Cícero-Mito e Realidade**, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, p. 285-286).

A verdade, entanto, é que, após os terríficos acontecimentos relacionados com a **Questão de 8**, a intranqüilidade e a insegurança, por muitos anos, continuaram tomando conta de Aurora. Eram freqüentes, por exemplo, em decorrência das futricas políticas, os tiroteios no meio da rua, as emboscadas, bem como os ataques por hordas de celerados a casas residenciais, algumas das quais conservam, ainda hoje, as marcas das balas. Um dos mais célebres foi o que se praticou no casarão de residência do Cel. Manuel Teixeira Leite, vulgo Coronel Teixeira, nomeado prefeito, após a deposição do Presidente Franco Rabelo, em 1914. Na ocasião, sua filha Totonha Leite, valentemente, fez uso do rifle, em defesa do pai, fato que chamou a atenção do próprio Presidente do Eostado, que em trânsito por Aurora, fez questão de conhecer, pessoalmente, aquela destemida mulher.

Diga-se, de passagem, que o casarão em apreço é aquele onde mora, atualmente, o venerável e nonagenário cidadão Antonio Landim de Macedo, genro do dito Cel. Teixeira.

Mas, voltando ao assunto depredações e incêndios, seja lembrado que eles, mais uma vez, foram perpetrados contra a desditosa Vila de Aurora. Desta feita, eram os jagunços de Juazeiro do Norte, que de ordem do caudilho Floro Bartolomeu da Costa invadiram a Vila. Esse fato foi sintetizado por Waldery Uchoa, nestes termos:

"Anos depois, a cidade sofre novo revés, foi a invasão da jagunçada, ao mando de Floro Bartolomeu da Costa, o caudilho baiano que assentou tenda em Juazeiro.

O Ceará àquela época tremia de medo quando ouvia falar em jagunço. Floro havia reunido na então **cidade mística** o que havia de pior em matéria de bandoleiros. Os cabras eram tremendos...

Numa vindita cruel aos que acompanhavam Cândido Campos, foram praticados crimes inomináveis não só em Aurora, como em Ingazeira, vila do município. Correu sangue de verdade, e no campo, o que se via eram labaredas liquidando casas de fazendas de coronéis e capitães do mato.

Estes fatos concorreram grandemente para que homens de prestígio em Aurora tivessem ao seu lado, capangas e cabras dispostos, verdadeiros

guarda-costas, sempre prontos à defesa do chefe, em qualquer terreno. As populações ribeirinhas viviam sobressaltadas". (Waldery Uchoa,**obra citada, p.** 42).

Dir-se-ia que o destino reservara mesmo ao município aurorense provações as mais duras, entre elas, as tropelias dos Paulinos, filhos da terra – irmandade numerosa, que se constituiu por bastante tempo, no terror, não só de Aurora, mas também dos municípios vizinhos. Mas bem que a valentia e o espírito de luta dessa família que, por anos consecutivos, trouxe em polvorosa a Vila de Aurora, mais agitada ainda a tornaram, quando da questão entre eles e Isaías Arruda de Figueiredo, improvisado em poderoso chefe político de Missão Velha, o qual era membro de outra família temida – os Arrudas.

Contendiam por questões políticas, em Missão Velha, o Cel. Manuel Dantas de Araújo, conhecido geralmente por Sinhô Dantas, prestigioso líder missão –velhense, e o referido Isaias Arruda, aliás natural de Aurora.

Na tumultuada eleição de 1921, em sua terra natal, Isaias Arruda começou a sair do anonimato. Sendo Delegado de Polícia de Aurora, dissolveu, a bala, a sessão eleitoral, indo, depois, refugiar-se em Juazeiro do Norte. Passando a residir em Missão Velha, governada, então, pelo Cel. Sinhô Dantas, granjeou prestígio, virou coronel de baraço e cutelo, fez-se inclusive, coiteiro de Lampião, entrando até para o cancioneiro do cangaço:

Lampião desceu a serra,
deu um baile na ribeira.
convidou Seu Isaias
pra dançar muié rendeira.

Tão prestigiado e fortificado se encontrava Isaias Arruda, em Missão Velha, que o próprio Governo Moreira da Rocha lhe confiou a missão de apear do poder o Cel. Sinhô Dantas, até por meio das armas, caso preciso fosse. Houve uma luta de meses que culminou com a queda do Cel. Sinhô Dantas, enquanto Isaias assumia a Prefeitura missão-velhense.

João Paulino, de Aurora, ao ensejo da querela de Missão Velha, se posicionara ao lado do Cel. Sinhô Dantas, como um dos seus defensores, em caso de ataque por parte de Isaias Arruda. Algo depois, o mesmo João Paulino, chefiando um grupo armado, atacou José Gonçalves, amigo de Isaias Arruda, o que se constituiu em evidente desafio ao novo Prefeito de Missão Velha. Ficou, destarte, selada a rumorosa rixa entre Paulinos e Arrudas, que acarretou mais desassossego às populações das duas localidades, muito mais, porém, à de Aurora.

Narra Irineu Pinheiro que, aos 11 de junho de 1926, José Gonçalves, acompanhado de homens fornecidos por Isaias Arruda, investiu contra seus inimigos – os Paulinos – entrincheirados na Ingazeira, os quais foram

expulsos dali, depois de breve luta. Tomado o lugarejo, aconteceu o inevitável: saques e incêndios.

Os Paulinos, vencidos, refugiaram-se em Aurora, à sombra do prestígio do seu tio, o Cel. Cândido Ribeiro Campos, então prefeito municipal. Rapidamente, mobilizou-se a maior quantidade possível de pessoas armadas: aproximadamente trezentos homens, para a defesa da Vila, ameaçada de cerco, por parte da gente de Isaías Arruda. Houve, na ocasião a interferência do Cel. Antônio Luís Alves Pequeno, chefe político do Crato, que, através de entendimentos com ambas as partes, conseguiu se dissolvessem os grupos beligerantes. (Cf. Irineu Pinheiro, **O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914** – Irmãos Pongetti Editores, Rio de Janeiro, 1938, p. 185-186).

Sucedeu que, em setembro do mesmo ano, se deslocou João Paulino ao Sítio Antas e, no regresso, foi morto a tiros, numa emboscada.

A vingança não tardou muito. Isaias Arruda acabou sendo abatido, a tiros, pelos Paulinos. Eis como o historiador Waldery Uchoa narrou a tragédia:

"Num belo dia, quando o povaréu se reunia à espera do trem horário que faria parada na estação de Aurora, consumou-se a tragédia já esperada.

Alguns Paulinos, armados até os dentes, rumaram em direção ao carro de passageiros, parado na plataforma da estação. De súbito, aparece o temível Coronel Isaias. Numa fração de segundos uma saraivada de projéteis lhe põe fim à vida, tumultuosa e agitada. Era a vingança tremenda da família Paulino". (Waldery Uchoa, **obra citada** p. 42-43).

O ano era o de 1928.

Terminava, assim, o conflito sangrento entre Arrudas e Paulinos, mas terminava, também, a mais crítica fase da história de Aurora, vítima de um nefando caciquismo, comandado por caudilhos inoperantes, prepotentes, impiedosos e vingativos".

Terminava uma fase "trágica e tremenda" e começava outra, em que teve início o reinado de uma relativa paz. E Aurora, lugarejo aviltado e massacrado, voltou a poder desenvolver-se, conquistando, inclusive, dez anos depois, foros de cidade pelo Decreto No. 448, de 20 de dezembro de 1938.

E hoje, Aurora é o que vemos, uma cidade e um município progressistas, predestinados, ainda mais, a auspiciosa sorte. Sobretudo porquanto suas mais recentes administrações se têm voltado, decididamente, para o seu desenvolvimento e para o bem-estar do seu grande povo.